III Encontro da ANPPAS
23 a 26 de maio de 2006
Brasília - DF

A Alimentação como Forma de Mediação da Relação Sociedade Natureza – Um Estudo de Caso sobre a Agricultura Ecológica e o Auto-consumo em Turvo – Pr[1]

Silvia do Amaral Rigon - DNUT/ UFPR[2]
Luis Lopes Diniz Filho - DGEO/UFPR[3]
Alfio Brandenburg - DECISO/UFPR[4]
Julian Perez Cassarino - IEEP[5]

Resumo

No município de Turvo na região centro do Paraná, a Associação de Grupos de Agricultura Ecológica (AGAECO) tem se dedicado à prática da agricultura ecológica e buscado desenvolver alternativas para a comercialização de seus produtos como forma de enfrentamento da pobreza e da insegurança alimentar características na região. A pesquisa aqui apresentada procurou verificar de que forma os princípios inerentes à agricultura ecológica têm contribuído para o fortalecimento e/ou resgate de práticas tradicionais do modo de vida no campo, historicamente marcadas por uma forte integração do ser humano com a natureza e transformadas pelo processo de modernização da agricultura. Definiu-se a alimentação das famílias da AGAECO como categoria a ser estudada. Os resultados apontaram que a prática da produção para auto-consumo está sendo realizada por todas as famílias ecologistas. Foi observada também uma maior diversificação dos alimentos produzidos e consumidos, um aumento da variedade do consumo de hortaliças e uma redução na compra de alimentos industrializados. Verificou-se também um aumento na renda de 82% do grupo proveniente da venda de excedentes baseada na economia solidária. Merece destaque a motivação que a prática da agricultura ecológica gerou nas famílias ecologistas em relação ao interesse pelas áreas da saúde e nutrição. Concluiu-se que a prática da agricultura ecológica está contribuindo para a construção de uma relação entre o homens e a natureza diferenciada da visão vinculada ao padrão técnico moderno de produção podendo assim vir a constituir-se num caminho para melhoria das condições de vida dos agricultores envolvidos, viabilizando a incorporação de práticas alimentares mais saudáveis associada a toda uma preocupação com a saúde do consumidor e com a questão ambiental.

1. Introdução

Turvo encontra-se na região Centro-Sul do Paraná conhecida como o "Corredor da Fome" por concentrar o maior número de municípios em situação de pobreza no Estado. Tal situação apresenta-se como o resultado de um processo histórico relacionado à ocupação e formação do Paraná Tradicional, caracterizado pelo predomínio da atividade agropecuária com base no latifúndio e na exploração de recursos da natureza de forma predatória e rudimentar. O processo de modernização da agricultura, apesar de chegar tardiamente à região trouxe impactos ainda mais negativos à já precária situação social e econômica de seus agricultores familiares, contribuindo para a desestruturação de propriedades agrícolas, aumento da pobreza e da insegurança alimentar e êxodo rural (IPARDES, 2003).

A região conta com a presença marcante dos agricultores familiares que a partir da década de 1970 foram obrigados a depender cada vez mais de práticas agrícolas apoiadas na mecanização e uso de insumos externos à propriedade (sementes híbridas selecionadas, adubos químicos, agrotóxicos). Em paralelo e como consequência imediata dessa mudança do padrão tecnológico, verificou-se uma paulatina reorganização do espaço rural e da gestão produtiva dos recursos naturais, caracterizada pelo aumento do nível da especialização produtiva e da monocultura. Tal situação contribuiu para o comprometimento da produção da agricultura familiar na região, resultando na redução da diversidade de cultivos e pela demanda por altos rendimentos provenientes de determinadas culturas. (CASSARINO & SOUZA, 2003)

A gravidade do quadro apresentado demandou a organização dos movimentos sociais existentes na região, no sentido de serem buscadas alternativas para o seu enfrentamento, sendo formada uma Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar. A mesma constitui-se numa estratégia de articulação para a transformação do quadro social e econômico dos segmentos marginalizados da população, como pequenos agricultores e moradores de vilas e favelas de suas cidades (CASSARINO & SOUZA, 2003).

Entende-se por segurança alimentar e nutricional sustentável "a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis" (CONSEA,2004).

Como referência de conceito de agricultura ecológica ou de sistema ecológico de produção considera-se "todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e sócioeconomicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da

dependência de energias não-renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados – OGM/transgênicos, ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios de produção e transformação" (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, IN. 007/1999).

Buscando trabalhar com os referenciais supracitados a referida rede tem buscado o desenvolvimento de alternativas de geração de emprego e renda mediante a produção de alimentos ecológicos e sua comercialização solidária visando a efetivação da segurança alimentar e nutricional das famílias do campo e da cidade envolvidas com a proposta. Também considera como prioritário o incentivo e o suporte à conversão das propriedades rurais para o modelo ecológico de produção de alimentos e a geração de políticas públicas em nível local e regional de apoio à proposta.

Dentre as iniciativas que participam da rede destaca-se o trabalho da Associação de Grupos de Agricultura Ecológica (AGAECO) no município de Turvo, que congrega famílias que produzem alimentos com base na agricultura ecológica, objeto desse estudo.

Considerando as condições de vida dos agricultores familiares da região centro do Paraná e a sua precarização em função da modernização da agricultura, as repercussões negativas do processo sobre o padrão alimentar das famílias e o fato da prática da agricultura ecológica pelas famílias da AGAECO consistir numa experiência que visa o enfrentamento do quadro existente, justifica-se a realização do trabalho de pesquisa aqui apresentado. A existência de tais processos na região aponta a necessidade de estudos sobre os mesmos, uma vez que tais iniciativas se constituem e se organizam sob outros referenciais indicando alternativas que se contrapõem ao modelo hegemônico de produção industrial de alimentos e de seu consumo. O conhecimento de tais processos e de seu impacto sobre as condições de vida tanto no campo como na cidade, bem como a identificação de fatores que comprometam ou contribuam para o desenvolvimento de suas propostas, são de interesse acadêmico e do poder público, sobretudo no que se refere à concepção de políticas locais e regionais voltadas à segurança alimentar e nutricional.

Na seqüência realizar-se-à uma discussão de caráter teórico ilustrando como as práticas alimentares dos grupos humanos revelam suas condições de vida e a forma de relação que a sociedade estabelece com a natureza. Tais pressupostos são fundamentais para que o leitor possa compreender os referenciais teórico-metodológicos utilizados no estudo em questão, bem como interpretar as informações levantadas pelo processo empírico realizado.

2. Referencial Teórico-metodológico

2.1 A relação sociedade/natureza nas práticas alimentares das sociedades tradicionais e contemporâneas

Nas chamadas sociedades tradicionais a busca pelo alimento deu-se inicialmente por meio da caça e da coleta, garantida pela mobilidade dos grupos humanos. À medida que o nomadismo foi sendo substituído pela fixação do homem nos lugares, tornou-se necessário o desenvolvimento de técnicas que lhe permitissem interagir mais intensamente com o meio visando a produção de alimentos para consumo. O conhecimento da natureza pelo homem e a interação advinda daí proporcionou a utilização dos recursos ambientais e genéticos na obtenção de matéria prima de origem vegetal e animal para as preparações culinárias. Os grupos humanos tiveram que conciliar suas necessidade nutricionais com as possibilidades e limitações do ambiente em que viviam tendo como objetivo principal de todo o processo a obtenção da alimentação básica; a mesma era organizada de forma a conter alimentos que garantissem a oferta da energia necessária para a reprodução biológica, uma base de fornecimento de proteínas, para a reposição e composição das substâncias orgânicas do corpo humano e complementos de produtos frescos, para suprir as necessidades de vitaminas e sais minerais garantindo assim a manutenção da saúde (KHATOUNIAN, 2001)

No entanto, segundo Cândido (1977), os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto de reações culturais que passam a ser desenvolvidas sob o estímulo das necessidades básicas desse mesmo grupo. A alimentação consiste no melhor exemplo desse tipo de dependência por exigir uma satisfação constante e requerer uma organização social adequada para tal, ilustrando seu caráter de seqüência ininterrupta que há nas relações do grupo com o meio. Segundo o autor, animais e plantas não se constituem em si, alimentos do ponto de vista da cultura e da sociedade. É o homem quem os cria como tais, na medida em que os reconhece como alimento e a partir daí trabalha na sua produção. O meio se torna deste modo "um projeto humano; uma projeção das necessidades do homem e o planejamento das ações em função das mesmas, revelando-se segundo a visão de Marx, uma construção da cultura". Para cada cultura haverá um modo de vida do qual a alimentação faz parte. Por isso a mesma constitui-se no centro de um dos mais vastos complexos culturais, abrangendo atos, normas, símbolos e representações. "A obtenção da comida percorre, do esforço físico ao rito a gênese de quase todas as instituições sociais" (CÂNDIDO, 1977).

Segundo Bleil (1998), Mead e Guthe[6] (1980) definiram hábitos alimentares como "o estudo dos meios pelos quais os indivíduos, ou grupos de indivíduos, respondendo a pressões sociais e culturais, selecionam, consomem e utilizam porções do conjunto de alimentos disponíveis." Assim, as aversões e as preferências, ou o que constitui a identidade étnica de um povo, vão corroborar para o fato de que nem tudo que possa ser consumido pelos seres humanos,

o seja de fato. O instinto presente nos animais, que origina um comportamento alimentar que responde sempre as possibilidades do meio, não tem a mesma performance nos seres humanos. A diferença está na possibilidade do ser humano fazer escolhas e modificar o meio ambiente. Percebe-se que a eleição dos alimentos satisfaz as necessidades do corpo mas também, em grande medida, as necessidades da sociedade . A cultura estabelece o que é comestível, ou seja, a cultura ensina e leva a gostar de todo o tipo de comida. Assim, para muitos autores, parece claro que o ato alimentar, é determinado por uma série de fatores que vão desde os de caráter biológico e ecológico, até os níveis tecnológico, econômico, social, político e ideológico (FISCHLER, 1995).

É importante destacar que as mais variadas culturas evoluíram dentro de um equilíbrio alimentar próprio, o que demonstra que suas escolhas revelavam uma sabedoria apreendida através de gerações. Existem mudanças e permanências nos sistemas alimentares e nas praticas culinárias; por um lado, estudos apontam que determinados alimentos estariam tão integrados a cultura de um povo que poderiam resistir às conquistas, à colonização, a mudança social, as revoluções técnicas e, em alguns momentos a industrialização e a urbanização. A tendência dos imigrantes em conservar seus hábitos alimentares é amplamente retratada em estudos etnográficos. (LEBVRE[7] citado por FISCHLER, 1995)

Já para Fischler (1995), todos os sistemas alimentares podem sofrer alterações de forma imprevisível, mas não sem antes haver uma aparente resistência pautada na inércia ou na recusa. O equilíbrio dos sistemas tradicionalmente construídos com base na relação homem – natureza para obtenção de alimentos pode ser rompido. No entanto o autor chama a atenção para o fato de que apesar das mudanças alimentares terem sido registradas ao longo da história das sociedades em função de diferentes motivos, não se comparam às que vêm ocorrendo na atualidade, com tal grau de aceleração. Percebe-se que a alimentação das diferentes culturas, sobretudo as ocidentais, está sendo transformada rapidamente, como parte de uma cultura que também se transformou. Para o mesmo autor, a cultura moderna supervalorizando os processos tecnológicos e industriais, levando o homem a um modo de vida mais artificializado estaria reduzindo a capacidade do ser humano em perceber qual alimentação ser-lhe-ía mais adequada.

A prática tradicional da agricultura passou a ser transformada pela técnica e por novas formas de abastecimento. A modernização da agricultura modificou a maneira de produzir os alimentos introduzindo nos sistemas alimentares uma lógica externa, desvinculada da racionalidade camponesa e voltada ao atendimento das demandas dos complexos agroindustriais (SOTO, 2002). Tal processo contribuiu para a desestruturação de sistemas alimentares tradicionais e modificou a forma de produzir e consumir os alimentos no campo e na cidade, inibindo inclusive a prática ancestral de auto-consumo (KHATOUNIAN, 1994). Por outro lado

com o crescente êxodo rural, a urbanização passou a interferir na questão alimentar e no modo de vida de grande parte da população, afetando seu padrão de consumo alimentar, seus costumes, valores e os usos do corpo, sendo a geradora das variáveis que atuam no perfil de morbi-mortalidade atuais. O modo de vida urbano que nos países mais ricos está associado a problemas da abundância, nos países de baixa renda, como o Brasil, passa a gerar contrastes como o agravamento de problemas nutricionais peculiares à pobreza urbana e também às enfermidades crônicas. Nas classes médias e em ascensão econômica, o consumo alimentar assemelha-se ao padrão norte-americano e europeu com um aumento no consumo de alimentos de origem animal, gordura vegetal e açúcares. Já para os mais pobres, os problemas nutricionais se constituem de uma dupla polaridade: por um lado a presença de baixo peso e desnutrição, por outro o sobrepeso, a obesidade e suas consequências negativas para a saúde. (GARCIA, 2001)

Considerando o cenário rural brasileiro é possível afirmar que a demora para efetivação da reforma agrária, a focalização das políticas públicas nas demandas urbanas e o predomínio de programas governamentais de apoio à produção para exportação de alimentos e ao fortalecimento da agricultura industrial - que faz uso intensivo de insumos, como os agrotóxicos - passa a determinar uma piora das condições de vida da população rural brasileira, adiando o enfrentamento de questões históricas estruturais que geram a pobreza no campo.

Sobretudo nas três últimas décadas tem sido observada uma crescente deterioração da qualidade da alimentação no meio rural. Segundo Khatounian (1994), os agricultores vêm assistindo a uma tendência histórica de deterioração dos preços de seus produtos e têm estado submetidos a estruturas de comercialização que acentuam os efeitos adversos dessa tendência, sendo obrigados a dedicar a cada ano uma parcela maior de seus recursos às culturas de renda e menos à produção para auto-consumo. A necessidade de arcar cada vez mais com despesas monetárias tem feito com que os agricultores busquem a maximização da geração de renda na propriedade rural e por outro lado, a minimização dos custos monetários. Contudo, tais demandas não podem ser atendidas plenamente quando a área agrícola útil e a mão-de-obra são usualmente limitadas. Tal dilema em geral é resolvido mediante uma redução do consumo alimentar em termos de quantidade, qualidade e diversidade, trazendo consequências negativas para a saúde das famílias dos agricultores em função do aumento da área destinada à comercialização.

Esse tipo de situação somada à veiculação pelos meios de comunicação dos padrões de consumo das grandes cidades, tem resultado em mudanças do consumo alimentar no campo. Os efeitos mais visíveis têm sido o aumento do consumo de preparações a base de trigo e a queda no consumo de arroz, feijão, mandioca e milho, suínos e aves, elementos tradicionais da produção para autoconsumo, bem como o incremento do consumo de alimentos industrializados (KHATOUNIAN, 1994).

O contexto rural apresentado configura-se desta forma em função dos problemas estruturais já comentados assim como encontra-se relacionado ao processo da Revolução Verde[8] que passa a ocorrer de forma mais intensa a partir da década de 1970 em diferentes países. Além de uma série de problemas ecológicos que são observados a partir do início da modernização da agricultura (a erosão maciça de solos e o desmatamento), a contaminação dos mananciais hídricos, tanto pelos agrotóxicos como pelo uso excessivo de fertilizantes solúveis torna-se um grave problema para a saúde humana e ambiental.

Em função dos agrotóxicos revelarem-se altamente persistentes no meio ambiente, ocorre a sua bioacumulação através da cadeia alimentar, o que pode resultar em teores elevados nos seres humanos, além dos casos de intoxicação aguda que podem ocorrer pelo contato direto com os produtos. Os problemas causados pelos agrotóxicos afetam diversos sistemas e aparelhos do corpo humano, ocorrendo com maior intensidade danos no sistema nervoso central, podendo até mesmo levar à morte, conforme o grau de intoxicação. Pesquisas realizadas pela Organização Mundial da Saúde, citadas por Lima et al (2002) apontam que nos países de mais baixa renda ocorrem anualmente cerca de 20.000 mortes e pelo menos 3 milhões de casos de intoxicações agudas.

Vários dos princípios ativos presentes nos agrotóxicos estão relacionados ao aparecimento de neoplasia em cobaias; também o efeito teratogênico e mutagênico tem sido observado em diferentes estudos (CÂMARA & COREY, 1995).

Colborn, Dumanoski e Myers (1997), publicaram o resultado de suas pesquisas na década de 1990, constatando as repercussões para os organismos vivos da existência no ambiente de uma série de substâncias químicas sintetizadas nos últimos 50 anos. Sobretudo ressaltam o impacto que tais substâncias vêm provocando na desorganização dos sistemas hormonais dos seres humanos e dos animais, reduzindo a sua fertilidade e gerando ameaças à perpetuação da população humana e animal no planeta.

Tais constatações apontam a necessidade de reflexões profundas em relação ao padrão moderno de produção e de industrialização de alimentos, uma vez que o mesmo depende da utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos, drogas veterinárias e aditivos químicos sintéticos, dentre outros.

Outro aspecto fundamental que necessita ser mencionado em relação à qualidade dos alimentos produzidos pela agricultura modernizada, se refere à constatação que a utilização dos fertilizantes químicos vem promovendo uma redução da qualidade nutricional dos alimentos. Trata-se portanto de mais uma constatação da existência de efeitos negativos sobre a nutrição e a saúde humana, relacionados ao modelo de produção agroquímico.

Nesse sentido cabe também destacar que o crescimento das indústrias de alimentos e do consumo dessa categoria de produtos passa a ocorrer de forma simultânea ao processo da modernização da agricultura ou da Revolução Verde.[9]

É importante ressaltar que boa parte dos alimentos industrializados que são hoje consumidos e para os quais foi atribuído valor simbólico em função de características tecnológicas e do sabor agradável apresentado, podem trazer prejuízo a saúde do consumidor. A maioria destes alimentos possui alta concentração de gordura, açúcar e sal podendo causar problemas no metabolismo do corpo humano dependendo da frequência em que são ingeridos e da quantidade consumida (CONTRERAS[10], citado por BLEIL (1998)). Sua transformação por meio de diferentes processos implica em alterações estruturais dos alimentos e modificação de seu valor nutricional. O crescimento da incidência de sobrepeso e obesidade, do diabetes, das doenças cardiovasculares, entre outros problemas de saúde encontra-se relacionado ao atual padrão alimentar observado em diferentes sociedades e que atualmente se caracteriza por um aumento do uso de industrializados.

O consumo de determinado tipo de comida em muitas situações passa a ser percebido como uma forma de obtenção de status social. O alimento é visto como uma mercadoria e como tal é explorado pela mídia, não sendo questionada a repercussão para a saúde humana das transformações que ocorrem com o mesmo em função da sua industrialização.

Finalmente, considerando os aspectos anteriormente mencionados que vem ocorrendo de forma acentuada em muitas sociedades inclusive entre as mais pobres, cabe refletir de que forma a questão alimentar se dará no cenário da globalização da economia, uma vez que a maior parte das indústrias de alimentos é de caráter transnacional.

A globalização da economia baseia-se nas referências do neoliberalismo, o que pressupõe que a abertura dos mercados tem por objetivo final a acumulação do capital por grupos de grandes corporações de diferentes setores; na área da alimentação tem sido observada uma pressão pela padronização ou homogeneização da cultura alimentar nos mais diferentes países, considerando os interesses dos oligopólios das grandes indústrias de alimentos e de sementes. Por outro lado, as avaliações sobre o impacto do processo têm demonstrado uma intensificação da precarização das condições de vida das populações dos países de mais baixa renda sobretudo nas áreas rurais e nesta situação deve ser destacada a presença da insegurança alimentar, que se constitui na principal questão para a sobrevivência de 800 milhões de pessoas que vivem em maior concentração no hemisfério Sul do planeta. (HOBELLINK, 1990).

2.2 Metodologia adotada no estudo

Claval (1999), aponta a alimentação como um fator mediador das relações que o homem estabelece com o meio: “as relações ecológicas dos homens com seu meio ambiente exprimem-se diretamente nos consumos alimentares”; no entanto considera a mesma também como uma expressão do social, afirmando que “a alimentação reflete as estruturas da sociedade.”

A alimentação das famílias vinculadas à AGAECO foi definida como categoria a ser estudada. Partiu-se do pressuposto que as práticas alimentares devem ser entendidas como uma das expressões das relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza. Mediante o estudo dessa categoria há possibilidade de entendimento de como vem se caracterizando esta relação no âmbito da prática da agricultura ecológica por agricultores familiares, considerando sobretudo o processo que se refere à produção de alimentos e o seu consumo doméstico, apontados como as principais estratégias para a reprodução material, biológica e social da agricultura familiar (KHATOUNIAN, 1994).

Assim, resgatando a justificativa apresentada anteriormente, que aponta a precarização das condições de vida dos agricultores familiares da região Centro-Sul do Paraná, as repercussões negativas do processo sobre o padrão alimentar das famílias e o fato da prática da agricultura ecológica pelas famílias da AGAECO consistir numa experiência que visa o enfrentamento do quadro existente, realizou-se o estudo referido sobre o tema, buscando o desvendamento das seguintes questões:

- a produção de alimentos para auto-consumo, que se constitui num referencial importante em relação à reprodução da agricultura familiar, considerando sobretudo a segurança alimentar e nutricional doméstica, estaria sendo realizada pelas famílias da AGAECO?
- teriam ocorrido mudanças nas práticas alimentares das famílias após o início da atividade agrícola dentro da concepção da agricultura ecológica? Quais teriam sido? Tais mudanças teriam contribuído para a melhoria da situação de segurança alimentar das famílias ecologistas?
- de que forma as relações da sociedade com a natureza, tendo a alimentação como fator mediador, estariam se configurando dentro do contexto criado pela prática da agricultura ecológica pelas famílias vinculadas à AGAECO?

A hipótese apontada em relação aos questionamentos levantados é a de que a prática da agricultura ecológica na busca por uma sustentabilidade social, econômica, cultural, ética e ambiental esteja contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das famílias da AGAECO, bem como para o fortalecimento e/ou resgate de práticas tradicionais do modo de

vida no campo, historicamente marcadas por uma forte integração do ser humano com a natureza e modificadas recentemente pelo processo de modernização da agricultura.

A realização do estudo em questão teve como base a pesquisa social inserida numa perspectiva dialética. O material de pesquisa coletado no trabalho de campo constituiu-se de dados de caráter qualitativo e quantitativo. Denzin e Lincoln (1994), definem a pesquisa qualitativa como um "conjunto de práticas interpretativas". Para os autores citados tal categoria de pesquisa parte da premissa epistêmica de que o conhecimento é produzido numa interação dinâmica entre o sujeito e objeto do conhecimento e que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e (inter) subjetivo dos sujeitos. Segundo os mesmos autores a pesquisa qualitativa ocorre no ambiente dentro do qual o sujeito encontra-se inserido, envolvendo a observação de situações reais e cotidianas; trabalha com uma construção não estruturada dos dados e "busca o significado da ação social segundo a ótica dos sujeitos pesquisados".

Com base na orientação dos autores referidos foi utilizado no estudo o processo de "triangulação", entendido como a inserção de múltiplas técnicas, observadores e métodos para ampliar as referências e "olhares" sobre certa realidade social que se busca investigar.

Portanto, em função das características do presente trabalho o mesmo foi considerado um "estudo de caso". O grupo estudado constituiu-se nas 38 famílias de agricultores ecologistas vinculadas à AGAECO. Os seguintes procedimentos foram realizados para obtenção das informações necessárias:

a) Levantamento do perfil das famílias de agricultores ecologistas da AGAECO mediante a coleta das seguintes informações: - dados de identificação e de caracterização das famílias (idade, sexo, estado civil dos membros da família, naturalidade, origem étnica, escolaridade).

- dados sócio-econômicos relacionados à alimentação da família e à produção de alimentos para consumo e venda de excedentes (quantidade de terra, posse da terra, renda monetária declarada, condições de moradia, saneamento básico, informações sobre a produção ecológica para autoconsumo e para a venda de excedentes, canais de comercialização de produtos).

b) Levantamento de dados de saúde e nutrição das famílias dos agricultores ecológicos:, consumo alimentar das famílias (método da frequência de consumo), identificação das práticas e hábitos alimentares do cotidiano, estado nutricional, estado geral de saúde das famílias avaliadas segundo a sua percepção e acesso das mesmas ao serviço de saúde local.

Foram realizadas visitas domiciliares em todos os estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO visando a aplicação de instrumentos para a coleta de dados. Para complementação, aprofundamento e ampliação das informações previamente coletadas foram também realizadas entrevistas semi-estruturadas com membros de determinadas famílias, considerados informantes-chave. O método da "observação" foi utilizado pelos pesquisadores ao longo de todo o trabalho

sendo os dados registrados em diário de campo. Diversas informações também foram obtidas ao longo do período em virtude da participação dos pesquisadores em diferentes eventos da AGAECO: reuniões da comissão-feira; reuniões dos grupos da associação, visitas domiciliares, reunião dos grupos em suas comunidades, reuniões com o IEEP, reunião de assessores, conversas informais, feiras e festas da entidade. Dados secundários sobre o município de Turvo e seu histórico foram obtidos em material bibliográfico consultado na Casa da Cultura e Biblioteca Municipal e pelo fornecimento de documentos pelo Escritório Regional da Emater, Secretaria da Agricultura e Secretaria da Saúde de Turvo. Informações complementares foram também fornecidas pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e pela Secretaria Estadual de Saúde. Foram consultados dissertações e trabalhos de pesquisa realizados anteriormente na região.

A coleta de dados compreendeu o período de junho de 2004 a julho de 2005.

3. A produção ecológica de alimentos realizada pelas famílias da AGAECO, a prática do auto-consumo e suas repercussões na situação de segurança alimentar

A AGAECO já apresenta cinco anos de trabalho e uma trajetória mais consolidada em termos de sua atuação, tornando-se importante a realização de avaliações sobre o trabalho realizado e o impacto do mesmo em relação às condições de vida das famílias vinculadas à associação. O foco de todo o trabalho da AGAECO concentra-se nas questões referentes à produção e ao consumo de alimentos ecológicos e a busca da garantia da sua acessibilidade sobretudo para a população urbana de baixa renda do município e região vizinha.

Do ponto de vista acadêmico a atuação da AGAECO desperta interesse no sentido de que a mesma constitui-se numa iniciativa que tem apontado caminhos alternativos para a construção da segurança alimentar e nutricional em nível local, associando e potencializando ações desenvolvidas no campo e na cidade e com um foco na promoção da agricultura ecológica e da economia solidária. Tais processos somente acontecem em função de uma base na articulação e na organização social, fundamentada em princípios, idéias, perspectivas motivadoras que por sua vez apontam a emergência de movimentos que buscam novas relações entre os seres humanos e a natureza.

Assim o presente estudo buscou entender como estariam se configurando as relações que os homens estabelecem com a natureza para garantia da sua reprodução, no contexto criado pela prática da agricultura ecológica pelas famílias da AGAECO, considerando a produção para auto-consumo e a alimentação como fatores mediadores dessa mesma relação. Para tal faz-se necessário o esclarecimento de alguns aspectos de caráter mais contextual.

Situado no centro do Estado do Paraná, o município de Turvo tem uma trajetória histórica muito similar a de outros municípios da região. Nas primeiras décadas do século XIX, famílias oriundas de Guarapuava ocuparam a região requerendo terras do Estado. Segundo referências locais os requerentes e seus sucessores foram vendendo parte de suas terras a outras famílias, ou repassando-as como herança, contribuindo para a ocorrência de sucessivas divisões ao longo dos anos. A chegada dos imigrantes europeus e de migrantes de outros estados ao município aumentou as demandas pelas terras existentes, gerando a configuração de um quadro agrário no município de predomínio de pequenas propriedades rurais (TURVO, 2004).

As dificuldades causadas pela ausência de estradas que favorecessem a conexão da localidade com outras aglomerações somente veio a ser sanada quando em 1924 realizou-se a construção da estrada que ligava Guarapuava à Pitanga. Até então as famílias viviam da produção de pequenos cultivos e da criação de suínos. O isolamento, o contato e a dependência total da natureza para a sua reprodução, levaram as primeiras famílias que instalaram-se na região a desenvolver uma grande proximidade com o meio, surgindo dessa interação uma cultura fortemente permeada pela cosmovisão cabocla. A chegada dos imigrantes desencadeou transformações no meio ambiente, sobretudo em função das modernas técnicas de cultivo que possibilitaram o aumento da produção de alimentos, havendo também por parte dos mesmos a assimilação de certos princípios da cultura cabocla. Tal processo contribuiu para a persistência da prática do uso comum das terras denominadas "faxinais"[11], proporcionando a manutenção de uma lógica camponesa, que valoriza as relações com a terra, com a natureza e a manutenção de relações solidárias para com a vizinhança e a comunidade (SOUZA, 2001).

A partir da década de 1960 a situação de vida das famílias agricultoras da região torna-se mais difícil em função de uma série de fatores. Destaca-se o processo de desflorestamento intenso e o início da falta de madeira, a ocorrência de um grande incêndio em parte do estado do Paraná no ano de 1965 que atingiu também a região e o município, queimando grande parte das matas e florestas ainda existentes e a ocorrência da peste suína que veio dizimar os rebanhos de grande parte das famílias agricultoras. Apesar das dificuldades as famílias agricultoras buscam diferentes estratégias para garantir a sua reprodução. Entretanto a situação passa a complicar-se cada vez mais em função da divisão cada vez maior de terras em parcelas menores, comprometendo o sistema de pousio empregado anteriormente. Assim o uso contínuo das terras, com uma topografia bastante irregular e dobrada e de baixa fertilidade, promoveu uma diminuição gradativa da fertilidade dos solos gerando uma queda da produtividade agrícola na região (SOUZA, 2001).

Com a introdução do modelo de modernização da agricultura, a partir de 1970, os graves problemas relacionados à reprodução das famílias agricultoras se intensificaram gerando um processo de proletarização por meio da venda da força de trabalho e o êxodo rural. Por outro lado,

famílias de agricultores buscaram como alternativa integrarem-se à empresas fornecendo o bicho-da-seda, criando suínos ou aderindo ao cultivo do fumo.

É nesse contexto que se referiu também a todo o meio rural brasileiro, mas de forma mais intensa à região Sul do país, que surgem experiências de outros modelos de produção de alimentos, baseados em paradigmas que consideram a ecologia como referencial e que passaram por um processo de consolidação, fortalecimento e expansão nas últimas três décadas.

A criação da Associação dos Grupos de Agricultores Ecologistas (AGAECO) de Turvo, em 2000, foi um dos resultados das muitas iniciativas que proliferaram mais intensamente no Paraná a partir da década de 1990. O trabalho do Instituto Equipe de Educadores Populares[12] (IEEP) no município desencadeou um processo de sensibilização de famílias camponesas em relação à possibilidade da prática da agricultura ecológica. Esse processo associado à participação de várias famílias no Projeto Terra Solidária[13], desencadeou iniciativas de formação de grupos em duas localidades de Turvo, no Faxinal Saudade Santa Anita e no Vale do Ivaí. O aumento do número de grupos de famílias ecologistas e o seu fortalecimento culminou com a criação da AGAECO.

A atuação da associação ganhou força e projeção a partir do momento em que as famílias associadas passaram a comercializar seus alimentos na Feira Ecológica do Jardim Primavera, bairro de baixa renda da periferia de Guarapuava. Posteriormente houve a criação do Recanto Ecológico, um ponto fixo para comercialização dos alimentos no município de Turvo e a ampliação da atuação da AGAECO no fornecimento de gêneros para a merenda escolar municipal, em função de financiamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[14].

Todo esse processo com múltiplas repercussões em diferentes campos foi concebido baseando-se na construção de estratégias que objetivassem a segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas no trabalho. A situação das famílias rurais em sua maioria absoluta de base camponesa, praticamente à margem do processo produtivo em função de sua não adesão completa ao pacote tecnológico proposto pela modernização da agricultura constituía-se numa realidade. Por outro lado havia o grupo dos consumidores urbanos, vivendo no Jardim Primavera, em situação de insegurança alimentar determinada pela baixa renda, trabalho informal e desemprego. A aproximação dos dois segmentos gerou possibilidades de ajuda mútua e de efetivação da proposta de comercialização dos alimentos de forma solidária. As famílias urbanas passaram a contar com a possibilidade de melhorar a qualidade de sua alimentação contando com preços acessíveis, contribuindo na geração de toda uma dinâmica que repercutiu na qualidade de vida das famílias rurais. Além do aumento da renda, as famílias ecologistas passaram a diversificar os tipos de alimentos que produzem em função do espaço de comercialização, o que por sua vez contribuiu para a qualidade e variedade da alimentação produzida e consumida. Além

da garantia do acesso a alimentos de melhor qualidade para ambos os segmentos, o processo colaborou para a organização política dos grupos, fortalecimento da relação campo-cidade, geração de propostas de políticas públicas, repercutindo também na questão ambiental em função do modelo ecológico de produção adotado.

Atualmente a AGAECO conta com mais de 10 grupos de agricultores ecologistas envolvidos no trabalho, num total de 38 famílias. Para as famílias ecologistas envolvidas o processo gerou transformações em diferentes aspectos de suas vidas.

Os estabelecimentos das famílias da AGAECO fazem parte dos 72% dos domicílios do município situados no meio rural (TURVO, 2004). Todas as famílias dedicam-se à agricultura e algumas realizam atividades externas ao estabelecimento rural em sua comunidade ou na sede do município como forma de complementação de renda. A força de trabalho presente nos estabelecimentos rurais do estudo é familiar. As 38 famílias (100% do grupo) responderam ter na mão-de-obra familiar a sua base para a realização da produção agrícola e manutenção do estabelecimento.

Cerca de 57% dos estabelecimentos das famílias da AGAECO que declararam a quantidade de terra que possuem contam com até 15 hectares. Considerando-se a somatória de todas as áreas dos estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO, chega-se ao valor de 812,6 há e a uma média de 21,9 há por família. Cerca de 58,6% dos estabelecimentos rurais de Turvo apresentam uma área inferior a 20 hectares; a média de terra de propriedade das famílias da AGAECO é portanto similar à média do município (TURVO, 2004).

As dificuldades permanentes relacionadas a pouca disponibilidade de terras e a baixa fertilidade das mesmas obrigou parte das famílias a contar com a realização de atividades externas à propriedade rural, como a venda de força de trabalho. No entanto o grupo caracteriza-se por ter como principal fonte de rendimento a atividade agropecuária realizada no próprio estabelecimento familiar. Cerca de 39,5% das famílias contam com valores de 90 a 100% da renda total da família, provenientes da atividade agropecuária doméstica e 55,2% do grupo recebe rendimentos que correspondem a mais de 50% do total da renda da família.

Segundo os dados obtidos cerca de 42% das famílias da AGAECO que declararam a sua renda monetária mensal contam com valores per capita inferiores à R$ 100,00. No entanto 51% do grupo de declarantes apresenta uma renda que vai de R$100,00 a 300,00 per capita. Duas famílias, ou seja 6,5% do grupo dispõe de uma renda monetária com valor a partir de R$ 300,00 per capita.

Cerca de 69% das famílias obtêm um rendimento que encontra-se na faixa de 40 até 100%

da renda total da família proveniente da agricultura ecológica. No entanto 15 famílias do grupo que declarou seus rendimentos, ou seja 41,6%, também dependem da renda proveniente da agricultura convencional, ou seja, constituem um grupo que encontra-se em transição para a agricultura ecológica. Os desafios em desenvolver estratégias com base na ecologia que garantam a reprodução das famílias conciliando a pouca terra existente, pouco recurso, mão-de-obra limitada e solos enfraquecidos são reais. A dificuldade que muitas famílias apresentam para fazer a conversão total de sua terra no tempo adequado para a agricultura ecológica explica-se sobretudo por tais questões.

Compreendida a situação social e econômica das famílias da AGAECO é possível passar para a análise da produção de alimentos para o consumo e das práticas alimentares das famílias do estudo.

Considerando os referenciais teóricos de Khatounian (2001) foi possível identificar a lógica ancestral que rege a organização dos sistemas tradicionais de produção para o consumo doméstico presente nas propriedades das famílias da AGAECO. A presença da lógica camponesa na definição das culturas a serem trabalhadas para alimentar a família também se verifica apontando um conjunto de questões que se definem pelo conhecimento e experiência individual e coletiva que advém da relação histórica dos agricultores com a natureza do lugar. Também pode ser verificado, conforme aponta Khatounian que essa racionalidade que move as ações dos homens na organização desse sistema tendo como base a sua integração com a natureza, segue por sua vez uma lógica nutricional. A definição dos processos e dos alimentos a serem obtidos deve atender em termos de quantidade e qualidade as necessidades nutricionais das famílias camponesas, garantido-lhes o necessário para sua reprodução biológica. A mesma lógica foi verificada na tomada de decisões por parte dos agricultores ecologistas em relação ao manejo da propriedade, considerando mais dois aspectos presentes na realidade do grupo de referência: a disponibilidade de quantidades pequenas de terra e a mão-de-obra, que é familiar, reduzida em muitas situações. Como questão norteadora a ser considerada, a visão ecológica, que necessita permear todo o processo produtivo.

Apesar dos desafios existentes o incremento da produção é uma realidade referida pela maioria das famílias. A questão primordial é sempre a produção para auto-consumo, mas a existência dos espaços de comercialização e a demanda das políticas públicas como o PAA e o fornecimento de gêneros para a merenda escolar do município consistiu num estímulo essencial para o aumento da produção e sua diversificação o que repercutiu nas práticas alimentares das famílias que incorporaram outros gêneros à sua pauta alimentar. Cabe destacar que o percentual de venda de vários alimentos suplanta o do consumo, apontando a importância do espaço de comercialização para a dinamização da proposta de produção ecológica.

O aumento da renda referido por 82% do grupo de declarantes em função da venda de alimentos ecológicos possibilita o atendimento das necessidades domésticas, repercutindo também na qualidade alimentar ou em investimento no próprio estabelecimento rural. Ocorre por um lado uma economia maior em função do aumento do auto-consumo e por outro lado há o aumento no ingresso de renda monetária.

Ao considerar os avanços obtidos no processo de trabalho há que se registrar também os desafios existentes que consistem em aspectos ambientais que podem vir a interferir negativamente na produção dos alimentos ecológicos.Há uma grande utilização de agrotóxicos por agricultores da mesma comunidade das famílias da AGAECO, contribuindo para a existência de risco de contaminação dos produtos ecológicos e apontando a necessidade da concepção de estratégias para enfrentamento do problema. A ocorrência de uma seca mais intensa no estado do Paraná e na região Sul, nos últimos anos, causada por uma série de fatores como o desflorestamento, preocupa e dificulta a produção de alimentos pelas famílias ecologistas, sobretudo de olerícolas.

Com o estudo verificou-se que a produção de alimentos está ocorrendo em todos os estabelecimentos rurais das famílias da AGAECO. O consumo se define basicamente em função do que pode ser produzido considerando as características geográficas da região; somente os alimentos com produção considerada inviável pelos agricultores é que são adquiridos por meio da compra. Essa lógica já era existente anteriormente à criação da AGAECO, mas acabou por ser revalorizada pela filosofia da agricultura ecológica. A compra de frutas constitui-se num caso a parte em função de dificuldades de caráter climático que restringem a produção para a maioria dos grupos.

Considerando a avaliação da alimentação consumida pelas famílias e seu aspecto nutricional confirmou-se mais uma vez o papel importantíssimo que a produção para o auto-consumo adquire na garantia do padrão alimentar apresentado. È a disponibilidade de alimentos dentro da propriedade e a variedade que advém do sistema de produção existente que garantem uma diversificação importante da pauta alimentar em relação aos três grupos de alimentos (energéticos, construtores e reguladores) e o seu consumo na freqüência diária e/ou semanal. A situação nutricional de membros das famílias da AGAECO de metade dos grupos vinculados à associação pode ser verificada mediante a avaliação do seu estado nutricional realizada no decorrer do trabalho de campo. Do grupo avaliado (que corresponde a 68 pessoas de um total de 170), 4,8% apresentou situação de baixo peso, 69,8% de eutrofia (adequação do peso em relação à estatura e bom estado nutricional), 19% encontrava-se numa situação de pré-obesidade e 6,4% do grupo apresentou situação de obesidade. O fato de 25,4% das pessoas avaliadas encontrarem-se em sobrepeso e obesidade indica que o consumo de alimentos energéticos pode estar sendo

superior às demandas orgânicas ocasionando um ganho de peso que ultrapassa o recomendado. É importante ressaltar que a obesidade é considerada fator de risco para o aparecimento de uma série de problemas de saúde como a hipertensão arterial e demais doenças do aparelho circulatório, diabetes, certos tipos de câncer, entre outras. O perfil apresentado pelas famílias da AGAECO avaliadas acompanha a tendência verificado por outras pesquisas realizadas no Brasil, que registraram altas prevalências de sobrepeso e obesidade em diferentes regiões do país, no meio urbano e rural. (IBGE, 2004).

È importante esclarecer que as características do cotidiano alimentar das famílias da AGAECO tem sua referência nas bases tradicionais da agricultura camponesa. A preferência pelo consumo do feijão, do arroz, do milho, da mandioca, da banha de porco e da carne verificada com o estudo é típica da região centro-sul do país. Os alimentos predominantemente consumidos tem sua origem no processo sócio-histórico da região, construído e influenciado pelas características do meio e pela cultura cabocla mesclada com a introdução de certos costumes alimentares trazidos pelos imigrantes.

O processo de modernização da agricultura e de desvalorização da prática do auto-consumo incidiram negativamente em algumas das práticas alimentares das famílias da região levando a uma dependência da aquisição monetária de muitos gêneros alimentícios. A opção pela agricultura ecológica com toda a sua filosofia e a sua assimilação pela maior parte das famílias da AGAECO irá desencadear por parte das mesmas uma série de questionamentos sobre a alimentação e a produção de alimentos baseados no padrão técnico moderno e a mudança de certas práticas alimentares.

A preocupação com a produção e o consumo dos alimentos ecológicos, com um teor consideravelmente menor de substâncias químicas contaminantes e com uma composição nutricional mais próxima à original, bem como o esforço em tentar garantir a compra de produtos ecológicos quando estes não podem ser produzidos no estabelecimento rural foram registrados e são considerados aspectos positivos que repercutem na qualidade da alimentação consumida pelas famílias.

A confecção artesanal evitando a compra de alimentos industrializados, resgatando formas antigas de preparação também consiste numa prática interessante sob o ponto de vista nutricional e cultural. Além do consumo de alimentos de uma qualidade diferenciada e de referência cultural, a economia obtida é bastante valorizada considerando-se o peso que a compra de alimentos representa no orçamento doméstico das famílias da AGAECO.

Dentre as questões de maior relevância no processo estudado destaca-se a motivação que a prática da agricultura ecológica gerou nas famílias ecologistas em relação ao interesse pela saúde e pela nutrição. Interesse e motivação que podem ter sido baseados em alguns resultados positivos

relacionados à saúde da família observados no seu dia a dia e que por sua vez repercutem no estímulo das práticas voltadas à produção ecológica e ao consumo. Dentre as famílias da associação, 73% afirmaram terem sido verificadas mudanças positivas na saúde de seus membros nos últimos anos, sendo as mesmas relacionadas à prática da agricultura ecológica e ao consumo de alimentos ecológicos. Tal questão ganha uma importância maior quando considera-se o perfil epidemiológico do município e do Estado. Avaliando-se a mortalidade proporcional considerada por grupo de causas apresentada pelo município de Turvo, em 2002, as neoplasias (tumores) apresentam os percentuais maiores, 23,9%, seguidas pelas doenças do aparelho circulatório, 22,4 % e pela mortalidade por causas externas, que é de 17, 9%. O quadro de mortalidade, no Paraná, em 2000, registrou 55,9 mil óbitos, destacando-se, como principais grupos de causas, as doenças do aparelho circulatório (33,3%), as neoplasias, (14,9%) e as causas externas (12,1%) (IPARDES, 2003). É perceptível a existência de prevalências elevadas de doenças do aparelho circulatório e de neoplasias, doenças que dentre outras causas também estão relacionadas ao padrão alimentar.

Considerando o perfil nutricional apresentado pelo grupo avaliado, que apontou tendência para a existência de sobrepeso e obesidade em adultos e idosos das famílias estudadas, o aumento do consumo diário de hortaliças, registrado por boa parte das famílias da AGAECO constitui-se numa importante prática de promoção à saúde. Atualmente o consumo de hortaliças e frutas é apontado como uma prática recomendada por especialistas da área de nutrição em função da composição nutricional apresentada pelos dois grupos de alimentos; a profusão de diferentes tipos de vitaminas, minerais e de fibras presentes em ambos, sobretudo quando o consumo é bastante diversificado e nas quantidades necessárias, garante ao organismo um suprimento de elementos que protegem o corpo de doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, diabetes, certos tipos de neoplasias) e colaboram na prevenção e tratamento da obesidade (WHO, 1990).

Os conceitos de referência dos agricultores em relação à produção e consumo de alimentos encontram-se permeados por novos e antigos elementos que estão sendo incorporados e reincorporados pelas famílias da AGAECO e que provêm da troca de saberes proporcionada pelas atividades e metodologias de trabalho da associação e do IEEP e da participação da mesma na Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar. É importante resgatar que a principal justificativa comentada pelos agricultores para a conversão para a agricultura ecológica foi a preocupação com a saúde da família e do consumidor. É importante também destacar que cerca de 34% do total do grupo informou a ocorrência de situações de intoxicação por agrotóxicos em membros da família antes da sua conversão à prática da agricultura ecológica.

As entrevistas concedidas pelos agricultores ecologistas foram permeadas por comentários sobre o consumo dos alimentos ecológicos e sua relação com a promoção da saúde humana. Na

realidade o que foi observado em relação à maioria das entrevistas realizadas consistiu na presença de um enfoque amplo de saúde que se refere a uma preocupação não só com a promoção da saúde pessoal, mas também com a saúde do consumidor e com a saúde coletiva. Também observou-se a existência de conceitos relacionando saúde e meio ambiente, o que denota mais uma vez um enfoque mais holístico sobre a questão. O entendimento da relação existente entre a questão ambiental e a saúde foi observada nas falas dos agricultores e verificada em determinadas práticas adotadas pelo grupo que vão além da não utilização de agrotóxicos na produção, baseiam-se no cuidado com o lixo, na preservação das fontes de água, na conservação da mata e aumento da fertilidade das propriedades, multiplicação e troca de sementes nativas visando a conservação da biodiversidade, entre outras.

Percebeu-se também que a preocupação com a saúde do consumidor está relacionada ao conceito de "missão" assumido pelos agricultores. Há um entendimento e uma valorização do próprio agricultor do seu papel; o mesmo inclusive se autodenomina: "defensor da vida".

Outra questão extremamente relevante e que permeia toda a motivação do processo de trabalho dos agricultores ecologistas juntamente com o conceito de "missão" é o aspecto da vinculação com a terra e com a natureza. O enfoque utilizado pela agricultura ecológica baseia-se na questão de que cada bioma apresenta uma forma de funcionamento distinto, apesar da existência de processos similares que permeiam toda a biosfera. Como a dinâmica desse complexo é considerada harmônica, a lógica é que o agricultor ecologista aprenda a conhecê-la, tentando utilizá-la nas frações da natureza manejadas por ele. Segundo Khatounian (2001, p.93) "de forma metafórica, a idéia é que o agricultor aprenda a sinfonia da natureza onde vive, para com a sua batuta reproduzí-la na sua propriedade. É conhecer o método com que a natureza opera. Essa é exatamente a tradução do termo japonês *shizen-noho*, utilizado por Fukuoka para descrever a agricultura ecológica". É nesse sentido que a prática da agricultura ecológica promove uma aproximação maior do ser humano com a natureza, pois aspectos novos passam a surgir desse trabalho integrado e de cooperação.

Considerando esse enfoque é possível compreender porque há sempre uma referência negativa nas falas dos agricultores sobre o agrotóxico. Nos relatos o "agrotóxico" é considerado um biocida, ou seja uma substância que passa a ser utilizada pelo homem para "matar a vida", idéia completamente antagônica ao que o agricultor ecologista deseja realizar. A vontade de lidar de maneira mais próxima aos processos da vida, provém por sua vez do sentimento de apreço, de encantamento do agricultor para com a natureza. O uso da terra pelo agricultor ecologista é que irá lhe permitir compartilhar dessa "teia da vida," produzindo alimentos que em última instância constituem-se também em fonte de vida para os seres humanos. O esforço realizado pelas famílias para produzir, consumir e vender um alimento sem veneno, incorporando novas metodologias que

demandam tempo, força de trabalho e formas de organização e gestão do espaço diferenciadas constitui-se num exemplo de adesão a idéias de caráter transformador.

Segundo Fischler (1995) ao absorver uma comida o comensal se incorpora num sistema culinário e, portanto no grupo que a consome. Um sistema culinário corresponde a uma visão de mundo, uma cosmologia. Assim as classificações, as práticas e as representações que caracterizam a culinária, quando assimiladas pelo indivíduo o incorporam ao grupo que as tem como referência. Fischler aponta que o processo tem uma dimensão fundamental e propriamente religiosa no sentido etimológico do termo, no sentido do re-ligare. Desse processo participam as representações que os homens tem do laço fundamental que vincula o "eu" e o "mundo", o indivíduo e a sociedade, o microcosmos e o macrocosmos. Assim os sistemas culinários contribuem para dar um sentido ao homem e ao universo, situando um em relação ao outro em uma continuidade e uma contigüidade globais.

No entanto o ato da incorporação do alimento responde a desafios vitais e simbólicos porque dentro dessa concepção a vida e a saúde do comensal estão em jogo quando é tomada a decisão de quais alimentos serão consumidos. O autor faz referência a ser este um dos fantasmas que traz tantos temores aos consumidores de hoje, em função do desconhecimento de como muitos alimentos são produzidos e processados. Segundo Fischler o trabalho culinário tinha a finalidade de transformar o alimento, consistia num processo da "civilização" no sentido de evitar que algum perigo relacionado à sua procedência da natureza, pudesse vir a prejudicar o comensal. Com a substituição da cozinha pela indústria o processo de preparo dos alimentos deixa de cumprir com essa função. O consumo de alimentos feito fora do ambiente doméstico somente passa a ser visto como positivo quando o seu preparo é realizado por pessoas conhecidas e de referência, em condições adequadas e realizado com base numa relação "purificada pelo amor e pelo rito"(FISCHLER, 1995). Nesse sentido o autor aponta a expressão "a comida não precisa só ser boa para comer, mas também boa de se pensar" novamente retomando a importância dos significados das práticas alimentares. A incorporação portanto de um alimento produzido com o uso de agrotóxicos e transformado pela indústria significa para os agricultores da AGAECO a incorporação e a materialização dessas substâncias, desses processos e das ideologias que os fundamentam em seu próprio corpo. Por isso a firme negação da sua produção e do seu consumo.

O processo da alimentação e nutrição de cada uma das famílias da AGAECO envolve a produção e o consumo do alimento ecológico. Pelas falas dos agricultores sobre o consumo do alimento ecológico e sua relação com a saúde humana é possível perceber a valoração conferida a essa categoria de alimento. É possível afirmar que o alimento ecológico constitui-se num ícone que representa para os agricultores diferentes questões; aspectos novos que embasam uma filosofia que está sendo incorporada e que encontra-se em sintonia com seu modo de vida e com

o resgate de antigos valores considerados como essenciais. Considerando as reflexões de Fischler é possível perceber que os novos elementos incorporados passam a integrar o antigo sistema culinário, porque estão em sintonia com ele. A produção e o consumo do alimento ecológico registrados em cada família garante a pertença da mesma a um grupo maior, com as mesmas convicções e com os mesmos valores, mas com um campo maior de atuação e de poder maior que é a AGAECO.

A incorporação de elementos novos ao processo, que por sua vez fortalecem a aproximação do ser humano com a natureza aponta que a adesão às idéias propostas pela agricultura ecológica somente ocorre porque as mesmas encontram-se em sintonia com um modo de ser do agricultor. E esse modo de ser constitui-se no modo de ser camponês. As idéias novas que foram incorporadas pelas famílias passam a ser ressignificações de princípios ancestrais que apresentam sintonia com o modo de vida camponês (WANDERLEY, 1998). A ligação com a terra e com a natureza, as práticas coletivas, a busca da autonomia, a produção para o autoconsumo fazem parte desse contexto de vida. (SOUZA, 2001)

Todos os fatores resumidamente elencados no fechamento deste trabalho apontam para a inferência de que a adesão à proposta da agricultura ecológica pelas famílias associadas e as implicações do processo nas práticas alimentares das famílias têm obtido um êxito significativo em diferentes dimensões porque fortalecem aspectos essenciais que contribuem para a manutenção de um modo de vida permeado pela busca contínua pela autonomia (BRANDENBURG, 1998).

Nesse caso a busca pela autonomia constitui-se na procura por encontrar os meios de manter no contexto contemporâneo um modo de ser que considera a existência do outro e a importância da natureza. As práticas de mutirão, as relações de compadrio, os trabalhos coletivos, a ajuda-mútua são características de uma visão de mundo que confere importância à vida de caráter comunitário. A procura pela autonomia pelas famílias de agricultores ecológicos significa a liberdade de poder decidir o próprio destino e trabalhar para realizar uma utopia permeada por esses valores.

4. Considerações finais

A alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade que há nas relações dos grupos sociais com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador. Sendo condição da vida, ela é pressuposto de toda vida social. (CÂNDIDO, 1977)

Cândido afirma que a familiaridade do homem com a natureza vai tornando-se mais débil à medida que os recursos técnicos se interpõem entre ambos e que a subsistência não depende mais exclusivamente do meio circundante. "O meio artificial, elaborado pela cultura, cumulativo por excelência, destrói as afinidades entre homem e o animal, entre homem e o vegetal. Em compensação, dá lugar à iniciativa criadora e a formas associativas mais ricas, abrindo caminho à civilização, que é humanização".

No entanto observa-se mais intensamente na atualidade que a interferência da lógica mercadológica na produção de alimentos e a visão do alimento somente como "mercadoria" vêm contribuindo para a desqualificação e distorção desse processo, que ao contrário de humanizador torna-se gerador de um acesso desigual à alimentação, da presença de situações de insegurança alimentar na sociedade e de uso da natureza como fonte de recursos a serem explorados. (VALENTE, 1997).

A Rede de Colaboração Solidária, Agroecologia e Segurança Alimentar existente na região centro do Paraná, contando com diferentes experiências de caráter micro-social, dentre as quais se destaca a da AGAECO, tem buscado viabilizar um espaço de valorização da produção ecológica de alimentos realizada pelos agricultores camponeses e do seu consumo pela população urbana de baixa renda com base na economia solidária.

A AGAECO constituindo-se numa experiência micro-social de potencial multiplicado e multiplicável, aponta possibilidades transformadoras no âmbito do indivíduo, do grupo social e do meio ambiente, estando de uma certa forma em sintonia com as idéias propostas por Guattari[15] (1995).

Os resultados aqui apresentados apontaram que a prática da produção para auto-consumo, considerada estratégia tradicional de reprodução social, econômica e biológica dos agricultores camponeses está sendo realizada por todas as famílias dos agricultores ecologistas. O perfil do grupo, revelando-se predominantemente constituído por famílias camponesas, permite inferir a possibilidade de que a agricultura ecológica esteja contribuindo para o resgate e/ou manutenção de práticas sociais, culturais, econômicas e biológicas de referência para esse grupo social, contribuindo inclusive para a permanência das mesmas no espaço rural.

Tal processo de reconstrução conta com a incorporação de novos referenciais e ao mesmo tempo com a valorização de conhecimentos ancestrais, fortalecendo a identidade e o papel dos agricultores camponeses e apontando a importância do rural enquanto espaço de convivência e interdependência do social e do natural.

A agricultura ecológica tem considerado a busca da sustentabilidade social, econômica, cultural, ética e ambiental como eixos e metas de seu processo de trabalho. A adesão dos camponeses à agricultura ecológica do caso em estudo e a dimensão de poder multiplicador do

trabalho da AGAECO, bem como a existência de tantas outras iniciativas na área que estão ocorrendo em todo Brasil e em nível mundial demonstram a contemporaneidade e a validade dessas experiências no sentido de provar sua viabilidade e considerar seu potencial transformador.

No processo estudado a alimentação e a produção de alimentos passam a serem entendidas como um fator de promoção do restabelecimento de uma relação mais integrada da sociedade com a natureza. Esta integração diferenciada tem se dado no espaço de cada estabelecimento rural vinculado a AGAECO, bem como na relação em maior escala que ocorre na aproximação dos cidadãos do campo e da cidade visando a promoção da segurança alimentar e nutricional sustentável em sua região. A consideração desse tipo de experiência com tal potencial dinamizador na proposição de políticas públicas, torna-se essencial. Considera-se que a segurança alimentar e nutricional sustentável deva ser uma questão prioritária e norteadora das políticas públicas locais, estaduais, nacionais e internacionais em função da essencialidade e da urgência da promoção do direito humano à alimentação adequada.

5. Notas:

[1] A pesquisa aqui relatada refere-se a um sub-projeto do projeto "Redes Locais de Abastecimento Alimentar: estratégias de promoção da agricultura familiar aliadas à superação do risco à insegurança alimentar e nutricional em populações urbanas de baixa renda." Financiado pelo MCT/MESA/CNPq/CT Edital Agronegócio 01/2003. Contou com a colaboração das seguintes bolsistas: Flávia Michele dos Santos, Mayra Lafoz Bertussi, Thaísa Santos Navolar.

2 Professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná (DNUT/UFPR)

3 Professor do Departamento de Geografia e do Mestrado/ Doutorado em Geografia da UFPR

4 Professor do Departamento de Ciências Sociais, do Mestrado/ Doutorado em Sociologia da UFPR e do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR

[5] Técnico do Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP

6 MEAD, M. A perspective on food patterns apud TOBIAS, L.; THOMPSON, P. (Ed.) *Issues in nutrition from the 1980s.* Monterey: Wadsworth, 1980

7 LEBVRE, L.,1938, "Répartition géographique des fonds de cuisine en France", en Travaux du 1º. Congrés international de folklore, Tours.

8 Denominação dada ao processo de modernização da agricultura, que objetivava o aumento da produção de alimentos mediante a utilização intensa de insumos como sementes híbridas selecionadas, adubos químico, agrotóxicos e de mecanização.

9 Estudos de Aubert (1974) citados por Bonilla (1992) apontaram que o uso da adubação nitrogenada determinou uma redução de matéria seca nos alimentos, diminuição de determinadas vitaminas e sais minerais e aumento de substâncias indesejáveis como os nitratos (carcinogênicos).

10 CONTRERAS, J. Alimentación y cultura: reflexiones desde la Antropologia. *Revista Chilena de Antropologia,* n. 11, 1992.

[11] Consistiam em áreas cobertas por florestas e campos naturais, com a presença de frutíferas nativas, erva-mate e ainda reservas de madeira de lei, onde os animais de porte maior e as pequenas criações de famílias vizinhas se alimentavam. Para proteção das áreas cultivadas havia o cuidado da manutenção de cercas por todas as famílias que usufruiam da área do Faxinal

12 Com sede em Irati/Pr, distante 150 quilômetros de Turvo/Pr. Constitui-se numa organização não governamental que desenvolve trabalhos de assessoria com agricultores familiares e camponeses e população urbana em situação de insegurança alimentar da região Centro e Centro Sul do Estado do Paraná. Depende financeiramente de recursos provindos de projetos enviados para fundações e organizações nacionais e internacionais de cooperação.

13 O Projeto Terra Solidária, desenvolvido de 1999 a 2003, teve como objetivo estimular o desenvolvimento sustentável e solidário, tendo como base a consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas, a geração de trabalho e renda e

o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico baseado nos princípios da agroecologia. Sua atuação se deu no âmbito da formação sindical, profissional e de elevação de escolaridade (ensino fundamental), voltando-se para agricultores/as familiares da Região Sul. O Projeto Terra Solidária foi coordenado pela FETRAF-SUL/CUT (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul) em parceria com a Escola Sindical Sul/CUT e Deser (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), sendo que a certificação de Ensino Fundamental foi feita pelo CEFET/RS, através das Escolas Agrotécnicas Federais do PR, RS e SC.

14Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério de Desenvolvimento Agrário/ Ministério do Desenvolvimento Social/CONAB

15 Guattari (1995) propõe o desenvolvimento de três visões sobre a ecologia, três formas de relação, que ele denomina também de "ecosofia". A primeira constitui-se na relação do pessoa humana com ela mesma, com sua psique e com seu próprio corpo; a segunda se refere a relação com o outros, existente nos grupos sociais e na sociedade como um todo; a terceira se caracteriza pela relação com o meio ambiente. Para o autor a resolução das grandes demandas sociais e ecológicas da sociedade contemporânea somente poderia acontecer com efetividade se os três aspectos fossem contemplados nas estratégias delineadas para o enfrentamento dos problemas existentes.

6. Referências Bibliográficas citadas no texto

BLEIL, S.I. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. *Cadernos de Debate*, v.VI, 1998.

BONILLA. J. A. *Fundamentos da agricultura ecológica*. São Paulo: Nobel, 1992, 260 p.

BRANDENBURG, A. Colonos:subserviência e autonomia. FERREIRA,ADD;BRANDENBURG, A. (Orgs.). In: *Para pensar uma outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998. 71-92p.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Instrução normativa no.7 de maio de 1999. Dispõe sobre as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade de produtos orgânicos de origem vegetal e animal. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 17 de maio de 1999.

CÂMARA, V.M. & COREY,G. Vigilância epidemiologica relacionada com substancias de uso proibido na agricultura. *Oficina Sanitária Panamericana.*n. 119, p. 135-139, 1995.

CÂNDIDO, A.. *Os parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.* São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977

CASSARINO, J.SOUZA, R. *Bem comum, Solidariedade e Transformação Social: A superação da pobreza e da fome, e a conquista da autonomia no enfoque das Redes de Colaboração Solidária na Região Centro-Sul do Paraná.* Irati, IEEP, 2003

CLAVAL, P. *Geografia Cultural* Florianópolis: UFSC, 1999

COLBORN,T. DUMANOSKI,D, MYERS, J.P.*O Futuro Roubado*.Porto Alegre:L&PM, 1997

CONSEA. *Diretrizes para uma política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, 2004

DENZIN, N.K.& LINCOLN, Y.S. Entering the field of qualitative research. In: DENZIN, N.K.& LINCOLN, Y.S (Orgs.) *Handbook of qualitative research*. Londres: Sage Publications, 1994.

FISCHLER, C. *L'homnivore.* Paris: Editions Odile Jacob, 1995.

GARCIA,R.W.D. Dieta Mediterrânea: inconsistências ao se preconizar modelos de dieta. *Cadernos de Debate*. v.8, p.28-35, 2001.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1995

HOBBELINK, H. *Biotecnologia: muito além da Revolução Verde.*Porto Alegre: Riocell, 1990

IBGE. *Pesquisa de Orçamento Família 2002-2003*. IBGE: 2004

IPARDES. *Paraná: Diagnóstico Social e Econômico*. Curitiba: IPARDES, 2003

KHATOUNIAN,C.A. *Produção de alimentos para consumo doméstico no Paraná*.Londrina:IAPAR, 1994

KHATOUNIAN,C.A.*A reconstrução ecológica da agricultura.* Botucatu: Agroecológica, 2001

SOUZA, R.M. *Transformações econômicas e sociais e trajetória na agricultura familiar: Estudo de Caso sobre a Desconstrução da Autonomia da Agricultura Familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo* – Pr. Santa Maria, 2001, 135 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria

SOTO, W.H.G. *A produção de conhecimento sobre o "mundo rural" no Brasil – As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva.*Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002

TURVO. Departamento de Educação. *História e Memória*. 2004

VALENTE, F.L.S. Do combate à Fome à Segurança Alimentar e Nutricional:
Direito à Alimentação Adequada. *Revista de Nutrição*, PUCCAMP.Campinas10 (1): 20-36. Jan/jun, 1997

WANDERLEY,M.N. Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander Chayanov. FERREIRA, A D D; BRANDENBURG, A. (orgs). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba:UFPR, 1998

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Diet, nutrition and prevention of chronic diseases*. Geneva, 1990. (WHO Tecnical Report Series, 797)